



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santa Maria  
Secretaria de Município de Infraestrutura e Mobilidade

## **TERMO DE REFERÊNCIA**



# **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS**

**Abril de 2025.**



## Sumário

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:.....	3
2 – DA JUSTIFICATIVA: .....	3
3 – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO: .....	6
4 – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, MATERIAIS E QUANTIDADE PREVISTAS NO ANO: .....	6
5 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: .....	7
6 – TRANSPORTE DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS: .....	8
7 – DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E ADMINISTRATIVAS DA CONTRATADA: .....	8
8 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:.....	10
9 – DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CONTRATANTE: .....	122
10 – DO PESSOAL DA CONTRATADA:.....	133
11 – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS ANTES DA ASSINATURA DA ATA: .....	13
12 – DO PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: .....	144
13 – DO PERÍODO E TURNO DE TRABALHO:.....	144
14 – DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS .....	155
15 – DA SINALIZAÇÃO DE OBRA .....	155
16 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	15
17 – DAS PENALIDADES .....	177
18 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	177



## **1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

Este Termo de Referência tem por objetivo, estabelecer as diretrizes para a contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia para manutenção e conservação nas redes de drenagem pluviais, assim como a construção de novos trechos de redes de drenagem, onde seja necessária a continuidade do sistema para melhorar a funcionalidade, em áreas localizadas nas vias urbanas e nos distritos do Município de Santa Maria, conforme estabelecido nos termos a seguir, sob o Sistema de Registro de Preços.

## **2 – DA JUSTIFICATIVA:**

A manutenção e conservação das redes de drenagem pluvial do município, são serviços contínuos e frequentes, visto a precariedade das redes velhas existentes e a necessidade de intervenções devido as interferências de outras redes (água, esgoto, lógica, telefonia, energia, etc) e instrumentos urbanos. Em alguns locais, devido a ligações anteriores de redes de esgoto, clandestinas, as tubulações estão praticamente “se desmanchando”, e isto tem causado, com frequência, afundamentos (buracos) no pavimento.

Já é fato conhecido da população de Santa Maria que as fortes chuvas ocorridas no decorrer dos anos, sobretudo nas de maio de 2024, vêm conduzindo o sistema de drenagem pluvial do município para o colapso. A cada forte precipitação há ocorrência de entupimento, desmoronamento e alagamentos nas vias principais e periféricas do município.

Além disso, temos ocorrência de tubos quebrados, que quando a vazão dessa tubulação aumenta carrega os finos do reaterro acarretando no aparecimento de crateras das vias. Estas por sua vez tendem a aumentar e interromper o fluxo normal do trânsito, gerando um prejuízo ao contribuinte.

Geralmente estes transtornos ocorrem em função de dois ou três tubos quebrados, sendo que este registro de preço visa a ação imediata ao problema, logo que terão valores e serviços previamente contratados.

Outro fato relevante é que em certos pontos, onde a rede existente não está mais atendendo a vazão das águas pluviais, poderemos, com este registro de preço, redimensionar a rede existente e solucionar os problemas antes de gerarem grandes prejuízos ao contribuinte.

Os problemas com a drenagem impactam diretamente na estrutura do pavimento das vias, podendo levar ao colapso, causando imensos prejuízos para o município. Quanto mais rápida for a ação de intervenção e conserto, menor será o dano na estrutura e o prejuízo.

Logo esta contratação se faz necessária, uma vez que após as grandes precipitações, as equipes da SMIM (que já estão deficitárias) não possuem equipamentos suficientes para atender todos os pontos que necessitam intervenção imediata e muitas vezes o próprio município não possui



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santa Maria  
Secretaria de Município de Infraestrutura e Mobilidade

a tubulação correta de imediato a ser utilizada na rede danificada. A demora no conserto, como já dito, ocasiona um prejuízo maior pois mais trechos vão se danificando comprometendo a estrutura de pavimentos e passeios públicos.

Este registro de preço irá colaborar para a solução do problema de falta de equipes/equipamentos/materiais para atendimento das emergências e por seguinte, nos períodos de não precipitações, poderá assumir a solução de algumas demandas de diversos protocolos em aberto na SMIM.

Logo, esta contratação tem como finalidade dar uma retaguarda para a Secretaria de Município de Infraestrutura e Mobilidade tanto nos períodos emergenciais quanto na demanda diária no que se refere a rede municipal de drenagem pluvial.

Os serviços objeto da solicitação de contratação tratam-se de **serviços comuns de engenharia** e reúnem todas as características aplicáveis, sendo elas: é de fácil padronização, trata-se de manutenção e conservação de drenagem pluvial; existem procedimentos padronizando os serviços em diversos órgãos como DAER-RS, CORSAN e DNIT, por exemplo;

As legislações e definições acima ajudam a subsidiar e a ratificar a questão, de que o objeto se trata de serviço de engenharia e não obra e, ainda, que se trata de serviço comum de engenharia, pelo fato de poder ser objetivamente padronizável e se tratar de manutenção e conservação.

O fato de o município contratar já a algum tempo, todos os anos, estes serviços, e ter uma equipe para complementar os serviços e poder atender todo território, já seria razão suficiente para esta caracterização, mas avançamos chamando a atenção que o sistema de drenagem pluvial do município é muito antigo e sofreu com o mau uso no passado, pois é de conhecimento público que existem muitas ligações clandestinas de esgoto nas redes. As ligações clandestinas, ocasionaram, com o tempo, uma fadiga precoce do sistema, em alguns casos a tubulação está toda comprometida. Além disso o sistema sofre com intervenções necessárias de outros instrumentos públicos (redes de água, esgoto, energia, lógica, etc..).

Com uma frequência significativa, a tubulação rompe, ocasionando buracos nas vias e no passeio público, causando riscos aos usuários e, se não for resolvido com agilidade, mais prejuízos ao município.

Outro item, que se aplica a manutenção e conservação de drenagem pluvial, pois permite e pode ser feitos de forma parcelada, de acordo com a demanda e com o orçamento da secretaria. A disponibilidade de recursos da secretaria para atender esta demanda varia de acordo com a realização do orçamento projetado. A necessidade de reparos e sua urgência varia de acordo com o uso e a fadiga do sistema de drenagem, e também, são recorrentes algumas intervenções emergenciais por decorrência de algum fenômeno climático, com isso a entrega parcelada dos



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santa Maria  
Secretaria de Município de Infraestrutura e Mobilidade

serviços auxilia o município a ter um poder de resposta melhor e minimizar os danos ao pavimento e aos usuários das vias e passeios públicos.

A natureza do objeto, manutenção e conservação de drenagem pluvial é de difícil definição previsão dos quantitativos, pois varia de acordo com o uso, condições do clima, necessidade de intervenção, eventos climáticos, condições de tráfego, etc....

Além disso, a tubulação está enterrada e não temos condições de visualizar o desgaste e a necessidade de intervenção, muito menos de quantificar antecipadamente os reparos.

Do exposto acima temos a convicção de que a modalidade de registro de preço é a mais adequada para este tipo de contratação de serviço comum de engenharia.

O lote de serviços comuns de engenharia, não podem ser fracionados, pois comprometeria a operacionalidade da execução. O lote é um serviço comum de engenharia que é composto por diversos itens que se complementam.

Na execução de uma manutenção ou conservação de um sistema de drenagem, não podemos ter, por exemplo, que uma empresa abra o buraco, outra coloque o tubo, outra reaterre a vala, outra compacte e outra recomponha o pavimento, apenas para ilustrar e exemplificar a situação. Seria operacionalmente impossível, além de antieconômico, organizar tal operação. Somado a isto o risco à segurança dos usuários aumentariam com as diferentes intervenções de empresas com sinalizações diferentes e modos diferenciados de abordarem o mesmo local, sem falar do tempo que iríamos levar para concluir os serviços.

Outro fato relevante é a responsabilidade técnica e a responsabilidade civil, sobre os serviços executados. O fracionamento dos serviços ocasionaria uma dificuldade a mais na cobrança das responsabilidades das empresas, quanto a qualidade dos serviços prestados, além da fragilidade jurídica de aplicação das sanções contratuais. Exemplo: Quem seria o responsável pelo aparecimento de uma patologia no serviço? De quem o município vai cobrar?

Neste contexto, o Decreto Executivo nº 34 de março de 2025, que regulamenta o sistema de registros de preços, descreve em seu Art. 8º com o seguinte regramento:

“... XII - a vedação à contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização...”

Do exposto, fica claro que os serviços devem ser agrupados em lotes, e que se trata de uma clara exceção da regra, que é perfeitamente justificável, como prevê a Lei.



### **3 – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:**

Os serviços previstos no presente Termo de Referência serão contratados com os respectivos equipamentos, operadores e fornecimento de material para executarem serviços especificados em planilha, sendo obedecida a seguinte tramitação:

- a) Assinatura do Contrato;
- b) Emissão da Nota de Empenho;
- c) Apresentação da garantia pela Contratada;
- d) Envio pela Contratada das Licenças de Operação elencadas no Check-List;
- e) Cópia digital da Ordem de Serviço para que no prazo de 72 horas, a contar da hora de recebimento desta, sejam iniciados os serviços;
- f) Fica a contratada encarregada de executar a quantidade mínima de até 20m de rede por ordem de serviço.

### **4 - DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, MATERIAIS E QUANTIDADE PREVISTAS NO ANO:**

Para este registro estão previstos os serviços nas quantidades definidas no orçamento básico. Os serviços deverão ser executados obedecendo aos Normas Técnicas vigentes.

Todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços relacionados na tabela não poderão ter ano de fabricação superior a 10 anos. Se enquadrando algum equipamento fora desta faixa, o mesmo deverá passar por vistoria de encarregado da Secretaria que atestará o bom funcionamento do mesmo, porém a empresa deve emitir documento que o equipamento passou por manutenção preventiva recente com prazo máximo de 6 meses.

Ainda, dependendo da demanda e necessidades emergências da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, as localizações das intervenções poderão ser alteradas, desde que não haja conflito com as demais referências deste termo.



## **5 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- a) A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade será a responsável pela emissão da Ordem de Serviço e definição da rede a sofrer a intervenção;
- b) A Contratada será a responsável pelo levantamento topográfico, pintura demarcando a área de intervenção e relatório fotográfico identificando e quantificando os serviços necessários a serem executados na via preestabelecida anteriormente pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade, este levantamento será pago como serviço topográfico, hora de engenheiro e hora de desenhista (já constantes em planilha com suas devidas produções);
- c) Os serviços contratados serão executados exclusivamente no cumprimento do objeto do presente edital;
- d) Será de inteira responsabilidade da contratada a sinalização provisória de obra na via e todo e qualquer tipo de acidente (sinistro), danos materiais e pessoais que possa ocorrer envolvendo máquinas rodoviárias e veículos utilizados durante o período da execução do presente contrato. Visto isso é de responsabilidade da contratada fornecer apólice e seguros, no mínimo contra terceiros, dos veículos automotores, antes de iniciarem os serviços;
- e) Deverá ser providenciada a substituição de qualquer empregado, apontado pela fiscalização, julgado inconveniente ou que não se mostre apto às tarefas inerentes a execução contratual em até 48 horas;
- f) Toda a vez que ocorrer uma pane de ordem mecânica, o equipamento será imediatamente concertado ou substituído de tal sorte que a continuidade dos serviços não seja afetada em mais de 2 (duas) horas com as máquinas paradas;
- g) Em se tratando de recomposição do pavimento, os serviços onde será utilizada massa asfáltica, deverão ser previamente autorizados pela fiscalização;
- h) Em se tratando de valas profundas ( $h > 2,5m$ ), a Contratada deverá reforçar a sinalização de obra com isolamento da área da intervenção;
- i) O fornecimento de material asfáltico será mediante a ensaio do material dentro dos índices de qualidade estabelecidos dos produtos, devido a variação no preço dos insumos asfálticos, os mesmos poderão ter seus valores ajustados através de um reequilíbrio econômico-financeiro;



j) É direito da fiscalização, quando achar necessário, solicitar o ensaio de compressão diametral na tubulação empregada nos serviços, onde a contratante terá o ônus do material utilizado para o devido ensaio,

#### **6 – TRANSPORTE DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS:**

- a) A contratada se responsabilizará pelo transporte da equipe de trabalho até o local da prestação dos serviços designados pela Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade;
- b) A contratada responsabiliza-se pelo licenciamento e pela remuneração da mão de obra de operação dos equipamentos, manutenção mecânica, lubrificação, abastecimento e transporte dos equipamentos até os locais de trabalho;
- c) A contratada deverá dispor de um caminhão comboio de abastecimento e lubrificação para que seja dada a manutenção e o abastecimento adequados às máquinas rodoviárias utilizadas nos serviços contratados. Os custos decorrentes dessa exigência estão contabilizados e distribuídos nos custos unitários de cada item constante da tabela. Este equipamento se faz necessário uma vez que os serviços prestados ocorrerão na área urbana e distritos de Santa Maria.

#### **7 – DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E ADMINISTRATIVAS DA CONTRATADA:**

- a) Utilizar pessoal devidamente habilitado, qualificado e treinado para a perfeita realização dos serviços;
- b) Assumir inteira responsabilidade e vinculação direta pelo pessoal que irá utilizar na prestação dos serviços, ficando como única e responsável por todos os atos e ocorrências eventualmente causadas ao contratante;
- c) Manter seus empregados uniformizados e identificados;
- d) disponibilizar e exigir de seus empregados o uso de E.P.I.s juntamente com uniforme completo (exemplo: camiseta e calça) com identificação da Empresa Contratada;
- e) Responder por todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial dos empregados e prepostos, obrigando-se a saldá-las na época devida;





Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santa Maria  
Secretaria de Município de Infraestrutura e Mobilidade

- f) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e sociais da empresa e seus empregados, mantendo-os atualizados e quitados de acordo com as normas vigentes;
- g) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente; Exibir sempre que solicitada pela Administração, documentação comprobatória de que está em dia com o recolhimento dos encargos de qualquer natureza incidentes sobre o contrato em execução
- h) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;
- j) Executar o objeto deste Contrato, conforme convencionado, sem qualquer encargo ou despesa extras para o CONTRATANTE;
- k) Selecionar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- l) Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, pessoa ou empregado cuja permanência no local da execução do serviço seja de sua responsabilidade e esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;
- m) A contratada deverá manter o serviço em funcionamento, substituindo a máquina rodoviária ou o veículo em serviço por outro sempre que se fizer necessário;
- n) A cada frente de serviço deverá possuir no mínimo duas placas móveis (tipo cavalete) identificando o Programa de Recuperação de Redes de Drenagem, com layout a ser disponibilizado pela fiscalização;
- o) O não cumprimento das obrigações assumidas ou atraso da prestação de serviços poderá ocorrer sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133 de 2021;
- p) A Contratada será responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por seus empregados a terceiros ou à Administração Pública.



## **8 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) lotados na Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade.

### **Fiscalização Técnica**

- a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- b) O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



- d) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- f) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

- a) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

- a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da



liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

- d) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- e) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- f) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- g) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **9 – DAS OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CONTRATANTE:**

- a) A Administração Pública Municipal, por meio de ato administrativo, designará os servidores como Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor do Contrato, conforme requisitos estabelecidos no Art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e Art. 15 a 20 do Decreto Executivo nº 124, de 1º de dezembro de 2023;
- b) Exercer o acompanhamento e fiscalização dos serviços;
- c) Convocar o contratado para execução dos serviços;
- d) Atestar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços prestados;
- e) Encaminhar as Notas Fiscais visadas para o Pagamento.



## **10 – DO PESSOAL DA CONTRATADA:**

- a) A Contratada deverá manter em seu quadro de pessoal, um número suficiente de profissionais capacitados, de modo que possibilite um perfeito e rápido atendimento aos serviços dentro dos padrões estabelecidos neste Edital;
- b) Deverá a Contratada manter o quadro de pessoal capaz de atender aos serviços, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou qualquer outra razão;
- c) Os empregados da Contratada não terão qualquer vínculo com a Concedente, ficando sob a responsabilidade da Contratada todos os encargos e obrigações previstos na legislação trabalhista, de previdência social e de segurança de trabalho;
- d) A Concedente não se responsabilizará, no que se refere aos empregados da Contratada, pela alimentação, transporte, atendimento médico, ou outro de qualquer natureza.

## **11 – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS ANTES DA ASSINATURA DA ATA:**

- a) Comprovação da origem do produto (Material pétreo – LO da Pedreira em vigor e Concreto – LO da Concreteira em vigor) mediante termo de compromisso de fornecimento de materiais, pela empresa produtora de minérios e, neste caso, o respectivo Licenciamento Ambiental (Licença de Operação - LO), emitida pela FEPAM ou Município habilitado, em vigor;
- b) Comprovação de que dispõe de Usina de Asfalto, para elaboração de CBUQ, ou declaração de disponibilidade, assinada pela empresa proprietária de usina, que esta atenderá o fornecimento de massa asfáltica, devendo ser anexada a respectiva Licença Ambiental (Licença de Operação - LO), emitida pela FEPAM ou município habilitado, em vigor. A usina deverá estar situada a uma distância em relação à obra que permita que a massa asfáltica seja transportada com a manutenção dos limites de temperatura necessários tecnicamente para execução dos serviços com padrões de qualidade exigidos pelas normas técnicas;
- c) Comprovação de que dispõe de área de bota-fora, ou declaração de disponibilidade, assinada pelo proprietário da área, que atenderá a devida disposição final de resíduos sólidos gerados, devendo ser anexada a respectiva Licença Ambiental (Licença de Operação - LO), emitida pela FEPAM ou município habilitado, em vigor;
- d) Declaração formal, do licitante vencedor, de disponibilidade de equipamentos adequados e



necessários à execução dos serviços previstos na presente licitação, e vinculação ao futuro contrato dos equipamentos, sob as penas da lei e da Ata de Registro de Preços, cito: escavadeira hidráulica de 22 ton e 3,5 ton, retroescavadeira; caminhão basculante, caminhão Muck, etc.

- e) Comprovação, do licitante vencedor, de que dispõe de Usina de Asfalto ou declaração da disponibilidade, que está atenderá o fornecimento da massa asfáltica necessária para a recomposição dos pavimentos, atendendo as especificações técnicas e de temperatura no local da obra. Esta documentação deverá vir acompanhada da Licença de Operação da referida usina emitida por órgão competente;

## **12 – DO PERÍODO DE CONTRATAÇÃO:**

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Já o período da contratação será de acordo com cada serviço que Administração Pública Municipal demandar.

## **13 – DO PERÍODO E TURNO DE TRABALHO:**

- a) A Contratada trabalhará em horário comercial de funcionamento da Secretaria de infraestrutura e Serviços Públicos;
- b) A Contratada terá período de trabalho com 08:00 horas de média diária;
- c) Os turnos em que os serviços transcorrerão podem ser diurnos (manhã e tarde) e noturnos, dependendo da situação do trânsito da via em questão;
- d) De acordo com a necessidade dos serviços estabelecidos pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos os dias trabalhados podem ser feriados, semana comercial (de segunda a sábado até ao meio dia) e fim de semana (de sábado ao meio dia até domingo);
- e) A empresa deverá indicar um engenheiro civil como preposto para que a fiscalização dos serviços possa ter um contato direto. Este deverá estar à disposição da Contratante, sempre que necessário com o objetivo de sanar dúvidas e repassar informações sobre os serviços executados.



## 14 – DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

- a) A empresa receberá por e-mail institucional e ou telefone em 24 (vinte e quatro) horas a Ordem de Serviço para início dos serviços;
- b) Cópia original da Ordem de Serviço estará disponível na Secretaria de Município de Infraestrutura e Mobilidade e deve ser retirada por responsável da Contratada em horário Comercial junto à Fiscalização;
- c) Após a solicitação dos serviços a Contratada terá 72 (setenta e duas) horas para disponibilizar a equipe e equipamentos necessários para a boa execução dos serviços;

## 15 – DA SINALIZAÇÃO DE OBRA

Em todas as intervenções solicitadas pela Administração Municipal, a **CONTRATADA** deverá providenciar a sinalização provisória de obra, a fim de evitar quaisquer tipos de acidente com a mobilidade, com placas de acordo com modelo a ser fornecido pela Fiscalização.

## 16 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021, Art. 156.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

16.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).





16.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **17 – DAS PENALIDADES**

O não cumprimento ao estabelecido no presente Termo de Referência terá a aplicação das penalidades previstas no Contrato.

## **18 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- a) Não será permitida a participação em Consórcio;
- b) Um mesmo representante não pode responder por duas ou mais empresas participantes no certame.

Santa Maria, 07 de abril de 2025.

---

Filipe Fernandes de Lima  
Engenheiro Civil – CREA/RS 234.625  
Matrícula PMSM 18672

---

Olni Ricardo Simas Dutra  
Superintendente de Infraestrutura  
Matrícula PMSM 17694

---

Wagner Oliveira da Rosa  
Secretário de Infraestrutura e Mobilidade  
Matrícula PMSM 17099